



ACÓRDÃO Nº 465/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10006/2012**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sra. Eliete da Cunha Beleza, ex-prefeita e Ordenadora de Despesa.
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4938/2017-DIMP – MP – EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2011 - item 9.3.1 do Acórdão nº 41/2015-TCE/TRIBUNAL PLENO não cumprido.

Aplicação da penalidade de multa por descumprimento à Decisão deste TCE/AM. Prazo.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1– Aplicar Multa ao Sr. Araildo Mendes do Nascimento**, Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), por ter descumprido injustificadamente às determinações contidas nas Notificações nºs. 379/2016-DICAD (fls. 1323) e 96/2017-DICAD (fls. 1327), acerca do envio de informações e documentos/contratos relativos às 409 admissões que se deram via de contratação direta, no intuito de ver cumprido o item 9.3.1 do Acórdão nº 41/2015-TCE/TRIBUNAL PLENO, com fundamento no art. 54, inciso IV, da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c o art. 308, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ através de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AMFAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**.



ACÓRDÃO Nº 465/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral